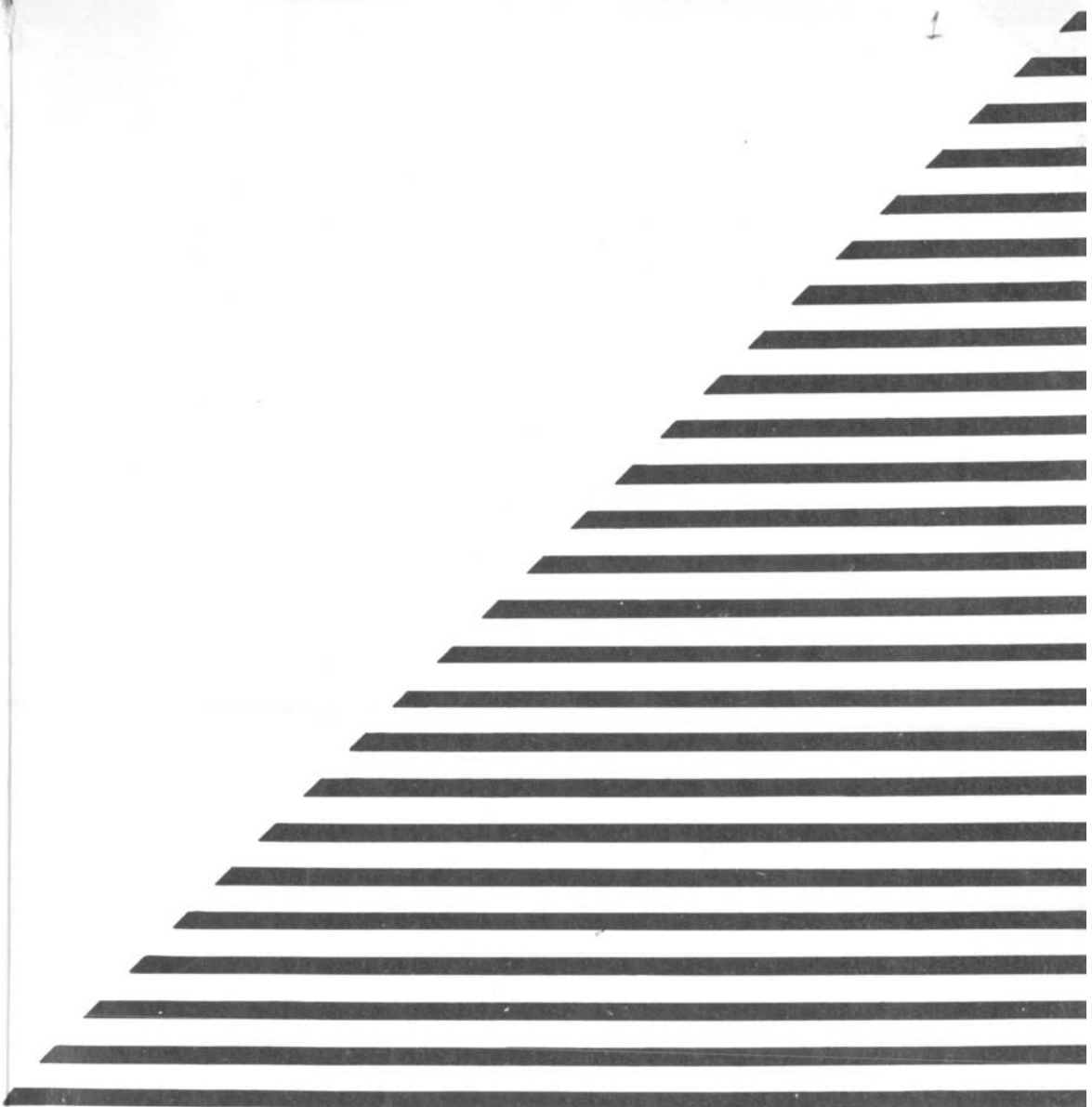


ANAIIS DO I CONGRESSO
BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA
01



ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS

**ANAIIS DO I CONGRESSO
BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA**

Rio de Janeiro, de 15 a 20 de outubro de 1972

OPERAÇÃO ARQUIVO I – PROJETO RONDON

Oswaldo Colatino de Araújo Goes

Comunica deliberação do Estado-Maior do Exército que, através da Comissão de História, decidiu fazer um levantamento dos arquivos que possuímos (operação arquivo), utilizando para tal fim o Projeto Rondon em cooperação com a Universidade de Brasília. Notícia a instalação de um curso de pesquisa histórica para professores universitários, com a intenção de conseguir cooperadores regionais. Informa que em outubro de 1971 teve início a operação, quando estudantes espalhados pelo Brasil saíram à busca de arquivos que contivessem fontes documentais para nossa história. Informa, também, que este primeiro contato com arquivos quase desconhecidos é um trabalho ainda com falhas mas que abriu caminho e ajudou a estimular a pesquisa histórica. Finaliza, relacionando as cidades e localidades onde foram feitos inventários dos arquivos, visualizando a situação dos mesmos como não sendo das mais favoráveis, quanto à segurança e conservação dos documentos e apontando outras falhas. Fornece observações acerca dos trabalhos realizados e indica cidades e localidades, dando a situação dos arquivos pesquisados.

OPERATION ARCHIVE I

The author reports that the History Commission of the Army General Staff decided to make a survey of archives, a project known as Operation Archive I, in which the staff of Project Rondon worked in cooperation with the University of Brasília. A course in historical research for university professors was organized, and in 1971 the project was launched. Students throughout Brazil went out in search of archives containing documentary collections related to Brazilian history. This pioneer work served to open new routes to historical research and greatly stimulated interest in such research. The communication lists the cities and towns where inventories of archives were made, and reports that the state of the archives and documents is precarious.

OPERATION DE L'ARCHIVE I

Il communique la résolution de l'Etat-Major de l'armée qui, à travers la Commission d'histoire qui résolut de faire un soulèvement des archives que nous possédons (opération de l'archive I) en utilisant, pour ce but le projet Rondon en coopération avec l'Université de Brasília, Il donne l'avis de l'installation d'un cours de recherche historique pour professeurs de l'Université avec l'intention d'obtenir des coopérateurs régionaux. Elle renseigne que dans le mois d'octobre 1971 fut initié l'opération, quand des étudiants répandus dans le Brésil sortirent à la recherche d'archives contenant des sources de documents historiques. Il renseig-

ne aussi que cette première relation avec des archives presque inconnus c'est un travail qui a encore des fautes, mais qui a ouvert un chemin et a aidé à encourager la recherche historique. Enfin elle met en contact les villes et les lieux où furent faits des inventaires des archives en regardant leur situation comme n'étant pas des plus favorables à l'égard de la sûreté et de la conservation des documents et en indiquant d'autres fautes. Elle fournit des observations sur les travaux réalisés et indique des villes et des lieux, en donnant la situation des archives recherchées.

RELATÓRIO

I — Apresentação

1. A história faz-se com documentos. Implica em pesquisa e interpretação. E a pesquisa é feita sobre documentos, obedecendo a certas técnicas severas, que caracterizam o chamado método histórico.

2. Os documentos são guardados em arquivos. Sua conservação é trabalho de alto interesse nacional e de sentido patriótico. O trabalho de pesquisa é feito geralmente nos arquivos. Circunscrita no tempo e no espaço a área a ser estudada, vai-se aos arquivos para o levantamento da documentação necessária. Assim, se desejamos fazer a história de uma certa região, inicialmente há que se procurar saber se nela existem arquivos, públicos ou particulares. Levanta-se a documentação existente nos cartórios, tabelionatos, igrejas e ordens religiosas, nas famílias residentes no local, associações culturais, bibliotecas, escolas, etc. Esse é o trabalho de pesquisa documental, que será continuado pela leitura e interpretação dos documentos, até atingir a fase final, a da síntese histórica.

3. A pesquisa histórica no Brasil vem sendo abandonada. A falta de bons pesquisadores, de incentivos à pesquisa por parte dos *Institutos Históricos, das Universidades, dos Arquivos Públicos*, a falta de verbas específicas que permitam a saída dos professores das salas de aula para o trabalho de pesquisa histórica nos arquivos, têm desestimulado a pesquisa, com resultados negativos para a elaboração científica de nossa história. Não há efetivamente uma política de arquivos e de pesquisa orientada. Como consequência vemos inúmeros pesquisadores estrangeiros, regamente pagos por fundações milionárias, freqüentarem arquivos brasileiros e servirem-se dos documentos existentes, para elaboração de trabalhos sobre a nossa história. A publicação, no exterior, de obras sobre o Brasil é cada vez maior e nem sempre dão da nossa pátria uma visão histórica perfeita.

De fato, muitos desses autores carecem daquela capacidade para a compreensão histórica que o conhecimento do caráter nacional facultaria.

4. Por outro lado, de um modo geral, não sabemos quais os arquivos que possuímos, nem onde se encontram. José Honório Rodrigues, destacado pesquisador e teórico de nossa história, tem apontado inúmeras

deficiências. Francisco Iglesias em trabalho recentemente publicado na *Revista de História*, nº 88, vol. XLII, 1971, indicou inúmeras causas da falta de interesse pela pesquisa entre nós. Porém — e é o que nos parece mais importante — por falta de pesquisadores e de conhecimento dos arquivos cada vez se tem noção menos exata da verdade histórica, ou se tem conhecimento errôneo de inúmeros fatos da nossa história, que anda ultimamente a ser maltratada pela curiosidade de pseudo-historiadores.

5. Tendo que pesquisar em benefício da história militar terrestre brasileira, a Comissão de História do Estado-Maior do Exército decidiu fazê-la preceder dessa tarefa da mais alta prioridade. Uma vez que ela requer emprego de grande número de pesquisadores, por todo o País, nada mais natural do que recorrer ao Projeto Rondon. Este atendeu patrioticamente ao convite para cooperar. E a Universidade de Brasília, pelo seu Departamento de Biblioteconomia, emprestou, desde o primeiro momento, julho de 1971, sua colaboração na tarefa. Em julho de 1972, essa colaboração prosseguiu através do Departamento de História.

6. A presente comunicação é o resultado da fase inicial da *Operação Arquivos I* (julho de 1971 a junho de 1972), pois ela prossegue cobrindo outras áreas. Uma segunda etapa, trabalho a longo prazo, será o levantamento do acervo dos arquivos encontrados.

II — A *Operação Arquivos I*

A *Operação Arquivos I* tem como principal interesse a ampliação e o estímulo à pesquisa histórica. Como é sabido, a pesquisa encontra-se atualmente em mãos de uns poucos estudiosos que se utilizam de seus próprios meios ou de pequenas verbas de algumas instituições. Aos que se iniciam resta apenas reverem os arquivos dos grandes centros, já que a pesquisa nas cidades e vilas interioranas pede um auxílio econômico maior. Junta-se, porém, aos problemas de ordem econômica o desdobramento dos arquivos, sua localização, estado de conservação, fundamentalmente.

O interesse em se fazer no Brasil uma história realmente científica, metodologicamente enfocada, partindo das partes para o todo, tem encontrado barreiras nos problemas criados pela necessidade de pesquisa documental e conhecimento dos arquivos. Uma História do Brasil partindo dos municípios, passando ao Estado, à região, para afinal se chegar à síntese nacional, torna-se cada dia mais necessária. As universidades têm lutado para conseguí-la.

Iniciados entendimentos entre o Projeto Rondon e a Comissão de História do Exército Brasileiro, promoveu-se um curso de pesquisa histórica para professores universitários de 14 Estados, para poderem servir de coordenadores regionais.

Tratava-se, para estes, na execução, de orientar os participantes da Operação no preenchimento dos questionários sobre a situação de cada arquivo pesquisado. Os principais quesitos dos questionários dizem respeito à natureza dos acervos, suas condições de segurança, conservação, inventário e catalogação.

Em outubro de 1971, teve início a *Operação Arquivos I*. Parcelas expressivas de estudantes espalhados pelo Brasil saíram à busca de arquivos contendo fontes documentais para a nossa história. Após nove meses de coleta de dados, foram reunidas 35 pastas contendo questionários aplicados e remetidos pelo Projeto Rondon à Comissão de História do Exército. Necessário se tornou então o exame do conteúdo das pastas. Foram processados e sistematizados os resultados dos questionários. Em dois meses de trabalho, junho-julho de 1972, foi cumprida esta tarefa, feita por solicitação do Projeto Rondon, pela Universidade de Brasília, por meio de um professor do Departamento de História e três alunos de seu curso. Ficharam-se 544 arquivos, localizados em 14 Estados e no Distrito Federal.

Deve ser ressaltado que o levantamento feito é um primeiro passo.

Trabalho mais profundo, do levantamento do acervo de tais arquivos e continuação da localização de outros arquivos deverá continuar.

É, pois, o primeiro contato com arquivos quase desconhecidos, um trabalho sem grandes pretensões, ainda com falhas, em busca de caminhos definitivos, mas que abriu o caminho e ajudou a estimular a pesquisa histórica no Brasil.

III – *Arquivos Localizados e Pesquisados*

Com relação à segurança, inventário e catalogação dos arquivos pesquisados, a situação não é das mais favoráveis. Em todos eles encontramos falhas, inclusive na pesquisa.

No que se refere à segurança, os nossos arquivos são muito mal servidos, estando a maioria num completo abandono. No cômputo geral, apenas cerca de 40,04% dos arquivos pesquisados possuem segurança.

Somente este índice já daria para assustar. Contudo, agravando mais a situação, estes 40,04% definem um grau apenas relativo de segurança.

Trata-se de uma segurança em termos restritos, arquivos cujos documentos não têm nada que os afete de imediato, não estão sofrendo a ação da umidade, dos insetos, mas que podem sofrê-la a qualquer momento, pois nada é feito para protegê-los.

Constatamos a total depredação dos outros, cerca de 60%, os quais sofrem destruição por todos os meios. Inclusive, há casos de arquivos de cujo conteúdo pessoa alguma sabe do que se trata, pois, segundo palavras textuais do pesquisador: “estão misturados com lacraus e piolhos-de-

çõbra". Esta lamentável situação tende a agravar-se dia a dia, pois nada é feito no sentido de se recuperar ou mesmo evitar que se continue deteriorando. A umidade, os insetos e a própria ação do homem, seja pondo fogo aos documentos ou rasgando-os, fazem com que fiquem paulatinamente perdidos, para sempre, documentos cujo valor seria inestimável para a pesquisa histórica.

Torna-se, portanto, necessário traçar um plano no sentido de preservarmos os nossos arquivos da destruição, seja ele qual for, e o mais rápido possível, partindo de uma conscientização que deverá abranger todas as áreas, fazendo com que, mesmo sendo pequenas as verbas, se procure conservar os acervos, protegendo-os.

A situação dos inventários dos arquivos também não é das mais entusiásticas. Poucos são os Estados que ultrapassam a margem de 50% e, no cômputo geral, temos que, para todos os arquivos pesquisados, apenas 32,3% possuem inventários. Não podemos, contudo, acreditar muito nesses inventários, pois alguns foram feitos há muito tempo, não se acrescentando, posteriormente, o que de novo passou a fazer parte do acervo, ou o que não mais faz parte dele. Ora, para a pesquisa e para o pesquisador, a existência de inventários nos arquivos é imprescindível, pois com o auxílio deste, e dos catálogos, muitas horas são poupadas de trabalho, em benefício da própria história.

Quanto aos catálogos, são praticamente inexistentes. Apenas 24,8% dos arquivos pesquisados os possuem e nas mesmas condições já descritas para os inventários. São antigos e desatualizados.

Segue abaixo uma tabela mostrando a situação dos arquivos quanto à segurança, inventários e catálogos, nos Estados e cidades pesquisadas.

ESTADO — CIDADE	N.º Arqv. Cat.	Em Seg.	Per-centagem Invent.	Cat.	Não Pesquisados
AMAZONAS					
Barreirinha	6	16,6	0	0	—
Maués	4	33,3	0	33,3	—
TOTAL	10	20	0	10	—
BAHIA					
Bom Jesus da Lapa	2	—	—	—	2
Brijolândia	1	—	0	0	—
Livramento do Brumado	3	0	100	—	—
Cachoeira	15	14,2	42,8	14,2	8
Canápolis	2	0	0	0	1
Canarana	2	0	50	0	—
Canavieiras	14	—	20	0	9
Caravelas	1	100	0	0	—
Correntina	1	0	—	—	—

ESTADO — CIDADE	N.º Arqv. Cat.	Em Seg.	Per- centa- gem Invent.	Cat.	Não Pes- quisa- dos
Ilhéus	16	12,7	—	6,2	—
Irecê	2	0	0	100	—
Livramento	3	33,3	33,3	66,6	—
Muritiba	1	—	—	—	—
Rio das Contas	1	—	—	—	—
Salvador	28	57,1	50	38	—
São Francisco do Conde	5	25	0	0	1
São Félix	5	80	100	20	—
Santo Amaro	7	42,8	28,5	0	—
TOTAL	109	32,9	34	20,4	21
CEARÁ					
Aquiraz	3	0	66,6	0	—
Caucaia	3	0	33,3	33,3	—
Fortaleza	13	60	30	50	3
Maranguape	1	100	0	100	—
Parangaba	2	100	100	0	1
Quixadá	10	25	25	25	6
Quixeramobim	4	100	50	50	2
Sobral	4	25	50	0	—
TOTAL	40	42,8	39,2	32,1	12
ESPÍRITO SANTO					
Afonso Cláudio	2	100	50	0	—
Mimoso do Sul	4	0	100	50	—
TOTAL	6	33,3	83,3	33,3	—
GOIÁS					
Água Limpa	1	0	100	100	—
Nazario	6	0	0	0	1
Mara Rosa	11	81,8	54,5	13,6	—
Xambioá	1	100	—	—	—
Rialma	1	0	0	0	—
TOTAL	20	56,2	36,8	15,7	1
MARANHÃO					
Itapecuru-Mirim	3	100	66,6	66,6	—
MATO GROSSO					
Jutu	1	0	0	0	—
Fátima do Sul	1	0	100	100	—
Ribas do Rio Pardo	1	0	100	100	—
Ponta Porã	1	100	100	0	—
Porto Murinho	6	0	16,6	100	—
TOTAL	10	10	40	80	—
MINAS GERAIS					
Porteirinha	2	100	100	100	—

ESTADO — CIDADE	N.º Arqv. Cat.	Em Seg.	Per- centa- gem Invent.	Cat.	Não Pes- quisa- dos
PARÁ					
Aveiro	1	—	—	—	1
Cametá	4	0	—	—	2
Curralinho	1	—	—	—	1
Juriti	2	0	100	—	1
Moju	1	—	100	100	—
Ourém — Arquivos destruídos					
Prainha	1	100	—	—	—
Ponta das Pedras	2	0	100	50	—
Terra Santa	1	100	—	100	—
Vigia	4	0	50	—	—
TOTAL	18	14,9	46,1	23	5
PARANÁ					
Altonia	3	50	50	0	1
Araruna	4	66,6	0	0	1
Bom Jesus das Palmas	1	—	—	—	1
Chopinzinho	9	77,7	66,6	22,2	—
Clevelândia	3	100	100	66,6	—
Dois Vizinhos	6	93,3	16,6	33,3	—
Engenheiro Beltrão	12	28,5	14,2	14,2	5
Fenix	8	0	57,1	57,1	1
Guaira	20	89,4	5,2	21,05	1
Palotina	4	75	50	25	—
Pérola	4	50	0	50	—
Pato Branco	7	100	60	80	2
Quinta do Sol	3	100	33,3	0	—
Roncador	2	0	0	50	—
Terra Boa	4	100	—	—	—
TOTAL	90	69,2	29,4	29,4	12
PERNAMBUCO					
Brejão	5	0	20	0	—
Cabo	6	16,6	0	—	—
Cabrobó	3	33,3	33,3	33,3	—
Golana	12	25	—	—	—
Igarassu	6	16,6	—	—	—
Ipojuca	1	100	—	—	—
Itamaracá	2	50	—	—	—
Jaboatão	2	0	50	0	—
Machados	1	0	0	0	—
Moreno	7	14,2	—	—	—
Nazaré da Mata	5	0	0	0	—
Olinda	6	20	—	—	1
Palmeirinha	1	0	0	0	—
Recife	22	85,7	66,6	47,6	1
Rio Formoso	2	0	—	—	—
São Lourenço da Mata	5	40	60	40	—
Sirinhaém	1	0	0	0	—
Vertentes	2	0	0	0	—
Vitória de Sto. Antão	9	33,3	—	—	—

ESTADO — CIDADE	N.º Arqv. Cat.	Em Seg.	Per- centa- gem Invent.	Cat.	Não Pes- quisa- dos
Angelim	3	0	0	0	—
Cachoeirinha	3	0	0	0	—
Frei Miguelinho	1	0	0	0	—
Lageado	2	0	0	0	—
Paudalho	3	100	0	0	—
Serra Talhada	3	33,3	0	0	—
TOTAL	113	33,3	11,7	11,7	2
PIAUÍ					
Teresina	2	0	100	0	1
RIO GRANDE DO NORTE					
João Pessoa	4	100	100	0	—
Jucurutu	1	0	100	100	—
Patu	2	100	50	0	—
São José do Seridó	2	0	0	0	—
TOTAL	9	66,6	66,6	11,1	—
RIO GRANDE DO SUL					
Erval Grande	3	0	0	50	1
Itatiba do Sul	1	0	—	—	—
Mariano Mório	1	100	0	0	—
Nonoai	7	28,5	28,5	14,2	—
TOTAL	12	27,3	18,1	18,1	1
RIO DE JANEIRO					
Angra dos Reis	2	100	0	0	—
Bom Jardim	3	33,3	66,6	33,3	—
Bom J. de Itabapoama	2	0	50	50	—
Cabo Frio	1	—	100	—	—
Cachoeiro de Macacu	2	0	100	100	—
Cantagalo	3	—	—	—	—
Cambuci	1	100	100	100	—
Carmo	5	33,3	33,3	33,3	2
Casemiro de Abreu	1	100	100	100	—
Cordeiro	1	0	100	0	—
Duas Barras	1	0	100	100	—
Itacuruçá	1	100	0	0	—
Itaocara	1	100	100	0	—
Itaperuna	6	16,6	66,6	83,3	—
Macaé	6	0	100	0	—
Magé	6	66,6	100	50	—
Mangaratiba	5	20	100	20	—
Maricá	5	20	80	20	—
Nilópolis	1	100	100	—	—
Niterói	1	—	—	—	1
Nova Iguaçu	1	100	100	—	—
Paracambi	1	0	0	100	—
Paulo de Frontin	1	—	0	100	—
Resende	2	0	100	0	—

ESTADO — CIDADE	N.º Arqv. Cat.	Em Seg.	Per- centa- gem Invent.	Cat.	Não Pes- quisa- dos
Rio Bonito	1	0	0	0	—
Rio das Flores	4	0	100	0	2
Saquarema	1	—	0	0	—
São Fidélis	1	0	0	0	—
São Gonçalo	1	0	0	0	—
São João da Barra	1	0	100	0	—
São João de Meriti	2	50	0	0	—
Silva Jardim	3	33,3	100	33,3	—
Sumidouro	3	0	66,6	0	—
Teresópolis	2	50	50	50	—
Três Rios	3	100	66,6	33,3	—
Valença	3	50	100	0	1
TOTAL	86	28,3	67,9	30,8	5
SÃO PAULO					
Apiáí	4	0	0	0	3
Araçalba	1	0	0	0	—
Cananéia	7	0	71,4	57,1	—
Eldorado Paulista	5	40	40	40	—
Guapiara	2	—	0	0	—
Iguape	3	0	0	0	—
Juquiá	4	0	0	0	—
Pariquera-Açu	2	0	100	100	—
Vila do Braço	1	0	0	0	—
TOTAL	29	7,6	34,5	30,7	3
DISTRITO FEDERAL					
Brasília	17	100	100	100	13
Total de Todos os Estados mais o Distrito Federal ..	544	40,04	37,9	28,8	77

Legenda:

- O — (Traço) indica que na pesquisa não houve o dado.
- nº Arqv. Cat. = número de arquivos catalogados.
- Seg. = segurança
- Invent. = inventário
- Cat. = Catálogo
- Não Pesquisados = arquivos que foram catalogados não pesquisados.

IV — Observações acerca do trabalho realizado pela Operação Arquivos I.

1. O levantamento dos arquivos localizados pelo Projeto Rondon constantes nos questionários depositados na Comissão de História do Exército Brasileiro foi iniciado no mês de junho.

Consistiu o trabalho em fichar os arquivos, após o exame dos questionários, separadamente por Estados, municípios, cidades e vilas, verificando sobre cada um a segurança apresentada, o estado do acervo, inventários e catalogação, porventura existentes, enfim, a organização de cada um deles.

2. Sérias dificuldades se apresentaram no decurso do trabalho. Notou-se, inicialmente, que a diferença entre os questionários de região para região, provocava uma insuficiência de dados, o que levou, muitas vezes, a se procurar uma interpretação pelo menos razoável. Por outro lado, muitos dos entrevistadores não aplicaram os questionários corretamente, interessando-se sobre aspectos que tinham pouca ou quase nenhuma valia, deixando escapar dados realmente necessários. É bem verdade que a culpa por vezes coube aos encarregados dos arquivos pesquisados.

De fato, alguns responsáveis pelos arquivos mostravam desinteresse e outros se recusavam até a serem entrevistados, negando-se a mostrar os acervos. Maior divulgação dos objetivos da operação nos locais pesquisados, melhor ajuda das entidades locais, ensejariam, possivelmente, melhores resultados.

3. Outro aspecto a ser apontado é o temor que muitos responsáveis têm de abrir as portas dos arquivos. Alguns escondem valiosa documentação, que permanece desconhecida, porque consideram-na tesouro de família, ou raridade de arquivo. Neste último caso, os muitas vezes riquíssimos arquivos de dioceses, mosteiros de ordens religiosas, paróquias, etc. Mais sério, por exemplo, é o caso de cartórios e tabelionatos espalhados por todo Brasil, cujos livros são guardados a sete chaves...

4. Outros aspectos negativos são a falta de pessoal especializado, capacitado para lidar com arquivos e os recursos para sua conservação. Puderam ser constatados três fatores negativos.

a) a maioria dos responsáveis é de nível primário;

b) não conhecem um mínimo de técnica em organização de arquivos;

c) falta quase completa de recursos para a conservação dos acervos.

Some-se a tais fatores o desinteresse por parte das Prefeituras Municipais e Governos Estaduais pela melhoria dos arquivos públicos, pela conservação dos documentos existentes, pela manutenção de pessoal adequado ao trabalho arquivológico.

5. O trabalho ora apresentado como colaboração ao incentivo à pesquisa através da localização de arquivos no território nacional, é, na realidade, um Relatório do trabalho já executado pela *Operação Arquivos I*, de iniciativa do Projeto Rondon, a participação efetiva da Comissão de História do Exército Brasileiro, do Estado-Maior do Exército e de

um professor e alunos do Departamento de História da Universidade de Brasília. Acreditamos assim, dado o interesse nacional que o assunto revela, que se prestou um serviço cívico, aguardando que melhor possam os pesquisadores avolumar, através de documentação espalhada por todo o País, o conhecimento mais perfeito de nossa História.

Brasília, 30 de agosto de 1972.

– Univ. Carmem Teresa Felipe Leal

– Univ. Celso Bahia Luz

– Univ. José Ronaldo Batista Melo

Prof. Orientador – Oswaldo Colatino de Araújo Goes

Estado-Maior do Exército

COMISSÃO DE HISTÓRIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO
PROJETO RONDON

Operação Arquivos 1

Pesquisa

Questionário 1

1. Nome usual do Arquivo:
 - 1.1 – Entidade oficial superior à qual está o arquivo subordinado (Ministério, Secretaria, Autarquia, Fundação etc.)
 - 1.2 – Órgão ou repartição ao qual se subordina *imediatamente* (Gabinete, Secretaria, Diretoria etc.).
2. Endereço do Arquivo
 - 2.1 – Rua e número – Andar, sala, bairro – Telefone.
3. Condições de consulta – Consulentes
 - 3.1 – Dias e horas de consultas
 - 3.2 – A consulta de documentos é livre? A quem é permitida a consulta?
 - 3.3 – A consulta é gratuita?
 - 3.4 – Há documentos cuja consulta é reservada?
Quais os critérios adotados?
 - 3.5 – Número de consulentes e consultas (média mensal ou anual?)
 - 3.6 – Em geral qual a ocupação ou especialidade dos consulentes mais freqüentes?

4. Localização

- 4.1 – Área que ocupa em metros quadrados:
- 4.2 – Fica situado em: zona comercial, próximo a escolas? O bairro é bem servido de transporte? Outros detalhes em relação a vizinhança, tais como: tem uma oficina de automóvel junto? Tem um cinema ao lado? Há um terreno baldio ao lado? No terreno baldio queimam lixo, etc.? – A pergunta visa estabelecer a *segurança* do arquivo.
- 4.3 – Segurança do arquivo:
 - a) contra incêndio (se possui extintores, quantos? Um para cada andar?)
 - b) contra insetos e roedores
 - c) contra umidade.

5. Organização

- 5.1 – Qual o regime administrativo do arquivo?
- 5.2 – Que seções ou Serviços compreende? (Se possível anexar um organograma)

6. Pessoal lotado no Arquivo

- 6.1 – O arquivo possui técnicos? Quantos? Quais suas funções?
- 6.2 – Funcionários administrativos – Quantos? Quais suas funções?

7. Histórico

- 7.1 – Quando foi fundado o arquivo? Por quem?
- 7.2 – Citar os nomes dos Diretores ou Responsáveis anteriores (pela ordem se possível).
- 7.3 – Houve interrupções no funcionamento do arquivo?
- 7.4 – Enumerar as principais compras (se as faz) e doações, bem como as eventuais perdas de documentos, por destruição, incêndios etc.

8. Finalidade

- 8.1 – O arquivo é de custódia? É ativo? Isto é:
 - a) Destina-se a guardar e conservar os documentos públicos que por sua importância, natureza, originalidade ou valor histórico requeiram tais cuidados?
 - b) Destina-se a fins governamentais, administrativos, jurídicos, comerciais?

c) Destina-se a que outras finalidades?

9. Instalações

9.1 – Funciona em prédio próprio?

9.2 – Há planos de mudança? Para que local? Para que época, presumivelmente ou definitivamente se efetuará a mudança?

9.3 – Possui tipografia própria? Possui serviços próprios de encadernação ou restauração de documentos?

9.4 – O material permanente de armazenamento (estantes, fichários) é suficiente? Existe escassez de meios para melhorar as condições de armazenamento, de ordenação, de arquivamento do acervo?

9.5 – Existe algum plano de reforma?

9.6 – Se possível faça uma descrição sumária do prédio onde está instalado presentemente o arquivo (construção de cimento armado? Quantos andares? Piso em madeira, ladrilho ou cimento?) A iluminação é suficiente?

10. Orçamentos

10.1 – O arquivo conta com dotações orçamentárias próprias?

10.2 – Possui outras fontes de renda?

11. Publicações – Atividades

11.1 – O arquivo publica livros, folhetos, revistas, boletins?

11.2 – Divulga o acervo através de publicações? Fornece informações bibliográficas?

11.3 – Participa de Congressos, Conferências, Simpósios, Seminários, Exposições e outras atividades culturais?

11.4 – Promove Cursos? Quais?

12. Recolhimento e eliminação

12.1 – O arquivo atende a leis de Recolhimento e Eliminação?

13. Reprodução de documentos – Condições

13.1 – O arquivo possui aparelhagem para reprodução de documentos?

13.2 – Cite a aparelhagem. Pertence ao próprio arquivo? Foi adquirida por compra ou doações?

13.3 – Possui aparelhos de leitura para microfilmes? Para microfichas?

14. Associações

14.1 – O arquivo é membro ou sócio de alguma instituição nacional ou estrangeira? Em caso afirmativo citar os nomes das entidades ou instituições das quais é associado.

15. Outras informações

15.1 – Ocorrências importantes na história do arquivo.

15.2 – Se possível anexar fotografia do interior do arquivo, de alguma seção ou das seções onde está concentrado o acervo.

Assinatura do responsável pela informação ou dos responsáveis pelas informações

(Se respondidas em separado p/Chefes de Seções.)

1.
Nome – Cargo ou Função

2.

3.
Data:

Operação Arquivos 1

Pesquisa

Questionário nº 2 – ACERVO

1. Coleções

1.1 – Há um Guia Geral Sumário do ARQUIVO para conhecimento de todo o acervo?

1.2 – Quais as coleções existentes?

1.3 – Que modalidades de conjuntos arquivísticos o arquivo agrupa: séries, registros, *dossier*, *manuscritos* (encadernados ou livres), mecanografados, mapas e plantas, impressos, livros, periódicos, recortes, microfimes, microfichas e outros.

1.4 – Que arquivos particulares foram incorporados ao acervo? A quem pertenceu? Qual o material doado?

2. Inventários

2.1 – Há *inventários* datilografados, impressos, organizados pela natureza, título ou espécie das coleções?

2.2 – Há inventários analíticos com informação e localização do material?

2.3 – Há inventários em elaboração? Quais?

- 2.4 – Os inventários são distribuídos para as Universidades, Colégios e entidades de pesquisa para a conexão (ligação) do público com toda a documentação do arquivo? Que outra difusão do acervo é feita?
3. Classificação
- 3.1 – As coleções estão classificadas?
- 3.2 – Que sistemas de classificações são utilizados?
- 3.3 – Informe detalhes de controle das coleções. Que catálogos existem?
4. Obras raras
- 4.1 – Há obras raras no acervo? Quais? Estão relacionadas? Informe a respeito. Anexe lista ou relação se houver.
5. Acervo de Manuscritos
- 5.1 – Há inventário de Códices, Manuscritos dos séculos XVII, XVIII e XIX? (Anexar uma cópia.)
- 5.2 – Há microfilmes dos manuscritos para conservação do acervo e facilidade de pesquisa? É permitida a microfilmagem; em que condições?
- 5.3 – Existe algum acordo com alguma entidade para a microfilmagem dos manuscritos?
6. Acervo musical – Documentação Sonora
- 6.1 – Há no acervo Partituras? Quais os gêneros das composições: folclóricas, eruditas, militares?
- 6.2 – Possui Gravações ou Regravações?
- 6.2.1 – Em fitas magnéticas: – discursos, programas comemorativos, homenagens a vultos históricos?
- 6.2.2 – Em discos?
7. Acervo de Filmoteca
- 7.1 – Há no acervo Películas: no original? Em cópias?
- 7.2 – Assunto das películas? Preto e Branco? Colorido?
8. Acervo de impressos
- 8.1 – Há biblioteca ou acervo de impressos organizado sobre algum assunto específico? História da Cidade, por exemplo. Anexar lista de inventário se houver.

9. Acervo de publicações periódicas
 - 9.1. – Há Coleções de Jornais?
 - 9.2 – Como estão organizados? Cronologicamente?
 - 9.3 – Há recortes de jornais?
 - 9.3.1 – Como é feito o controle? Em pastas? Possui cabeçalhos de assuntos? Utiliza Uniterm?
10. Acervo de Documentação Cartográfica: Mapas e Plantas
 - 10.1 – Quantas peças existem? (Número total)
 - 10.2 – Estão registrados? Etiquetados? Catalogados? Classificados?
 - 10.3 – Há duplicatas *Fac-similes*?
 - 10.4 – Qual o mapa e planta mais antigas da coleção?
 - 10.5 – Na Documentação Cartográfica existem projetos de navegação de rios, aberturas de canais, obras hidráulicas, construção de estradas, pontes, aquedutos, viadutos, cais, picadas para linhas telegráficas?
11. Acervo de Fototeca
 - 11.1 – Volume do acervo (número total de fotografias).
 - 11.2 – Há inventário? (Anexar cópia se houver.)
 - 11.3 – Possui acervo de clichês?
 - 11.4 – O acervo está classificado? A armazenagem é de acordo com a classificação?
12. Numismática
 - 12.1 – Há medalhas honoríficas? De autoridades militares?
 - 12.2 – Como estão ordenadas ou tombadas?

Assinatura do responsável pela informação ou dos responsáveis pelas informações.

(Se respondidas em separado p/Chefes de Seções.)

1.
Nome – Cargo ou Função
2.
Nome – Cargo ou Função
3.
Nome – Cargo ou Função

Data:

Local:
Cidade – Estado

Endereços dos que participaram

Aurora da Graça Almeida

SUDEMA – SDI – Rua João Gualberto, 49
São Luís do Maranhão – MA

Maria Herbene M.

Silva Canlet, 2.355 “B” – Ap. 201 – Aldeota – Fortaleza – Ceará

Safira Tavares Ferreira

R. João Pessoa, 263
Natal – RN

Ana Lúcia de Ulhôa Cavalcante

Div. de Bibliot. e Doc.
Serviço de Bibliotecas do Estado da GB
Av. Pres. Vargas, 1.261 – RJ – GB

Tacariju Thomé de Paula

Rua Baronesa de Poconé, 66
Fonte da Saudade – Rio – GB

Iza Araujo de Alegria

SQS 112 – Bl. B – Ap. 204
Brasília – DF
CEP 70.000

Brasília – Distrito Federal
(Edifício do QG do Exército)

Coronel Francisco Ruas Santos – Presidente da Comissão de História do Exército Brasileiro

QG do Exército – EME – Setor Militar Urbano –
Brasília – DF

Major Claudio Moreira Bento – idem ao do Cel. Ruas

Sgt Hécio Avegão de Lemos – idem ao do Cel Ruas

Sgt Alvaro Guergolet

BGP – CPP – SMU
Brasília – DF

Pode ser encontrado ainda no Projeto Rondon ou na CHEB.

Josué Callander dos Reis

R. D. Costa Júnior, 233 – ZP 10
Água Branca
São Paulo – SP

Lídia Benício da Fonseca

R. Siqueira Campos, 852 – Ap. 151

Fone: 24-2262

Porto Alegre – RS

Samuel Fux

R. Claudio Manoel, 911 – Ap. 4

Belo Horizonte – MG

Helga Blaschke

R. Santa Luzia, 91 – Trindade

Florianópolis – SC

Benedito Pinheiro Campos

R. Joaquim Murtinho, 424

Cuiabá – MT

Profª Odmar Barata

Av. 25 de Setembro, 2.637 – Bairro do Marco

Belém do Pará – PA

Vera Lúcia dos Santos Chianca

R. 7 de Setembro, 144 – SUDENE

Fone: 22-1639

Recife – PE

Eunice Maria Sombrio

SQS 108 – Bl. G – Ap. 205

Fone: 42-5863

Brasília – DF

Alcídia Mendes Teixeira

SQS 403 – Bl. H – Ap. 105

Brasília – DF

Maria Luzia Reis

SQS 403-4 – Bl. H – Ap. 105

Brasília – DF

Maria Augusta de Santana M.

R. 01, 325 – Setor Sul

Goiânia – GO

Maria José Rabelo de Freitas

R. Rockefeller, 10 – Ap. 202 – Barris

Salvador – BA

Maria Iphigenia Ramos May
R. Amintas de Barros, 330, Q. 1.901
Curitiba — PR
CEP 80.000
Fone: 23-9850

Endereço da CHEB
Comissão de História do Exército — Estado-
Maior do Exército — Setor Militar Urbano
Brasília — DF
(Edifício do QG do Exército)

“Esta viagem deu-nos uma certeza: não basta olhar o mapa do Brasil aberto sobre a mesa de trabalho ou pregado à parede de nossa casa.

É preciso andar sobre ele para sentir de perto as angústias do povo, as suas esperanças, seus dramas ou suas tragédias, a sua história, a sua fé no destino da nacionalidade.

Só então se compreenderá que a responsabilidade desta geração é simplesmente formidável. Tudo indica, porém, que agora começou, para alegria nossa, a batalha longamente esperada da integração dos nossos irmãos abandonados na comunhão nacional.”

A eloquência e a sinceridade destas palavras sintetizam quaisquer outras considerações que se pretenda fazer para encerrar este folheto, ou para dar uma dimensão conclusiva da importância do Projeto Rondon para a juventude brasileira. Elas integram o relatório da Equipe de Filosofia que atuou na cidade de Jardim, em Mato Grosso, durante a realização do PRO-III.

Coordenação Geral

Setor de Autarquias Sul — Ed. MINTER — Sobreloja
Brasília — DF
CEP 70.000
Fones: 24-7716 e 23-5010 R. 486 e 23-8473

Coordenações Regionais

Coordenação Regional da Amazônia Ocidental
Av. do Contorno s/nº — Bairro São Lázaro
Manaus — AM
CEP 69.000
Fone: 2-3757

Coordenação Regional da Amazônia Oriental

Av. Independência nº 505
Belém — PA
CEP — 66.000
Fone: 22-6553

Coordenação Regional Centro-Sul

Cidade Universitária — Bloco "D" 1º andar — CRUSP
São Paulo — SP
CEP — 01.000
Fone: 2-865299

Coordenação Regional Centro-Oeste

Setor de Autarquias Sul — Ed. MINTER — Térreo
Brasília — DF
CEP — 70.000
Fone: 23-0523

Coordenação Regional Centro-Leste

Rua Visconde de Maranguape nº 15 — Lapa
Rio de Janeiro — GB
CEP — 20.000
Fone: 2-240210

Coordenação Regional Meio Norte

Av. da Universidade nº 2.910
Fortaleza — CE
CEP — 60.000
Fone: 23-0233

Coordenação Regional do Nordeste

Rua do Hospício nº 619 — Bloco "B"
Recife — PE
CEP 50.000
Fone: 22-5239

Coordenação Regional Sul

Av. Otávio Rocha nº 134 — 4º andar
Porto Alegre — RS
CEP — 90.000
Fone: 25-7418

Coordenações Estaduais

Coordenação Estadual do PIAUÍ

Rua Areolino de Abreu nº 1.634
Teresina — PI
CEP — 64.000
Fone: 27-42

Coordenação Estadual da BAHIA

Rua Padre Feijó nº 49
Salvador — BA
CEP — 40.000
Fone: 5-4064

Coordenação Estadual de SERGIPE

Rua Propriá nº 369
Aracaju — SE
CEP — 49.000
Fone: 32-23

Coordenação Estadual do MATO GROSSO

Universidade Federal de Cuiabá
Cuiabá — MT
CEP — 78.000

Coordenação Estadual da PARAÍBA

Parque Solon de Lucena, 641
João Pessoa — PB
CEP — 58.000
Fone: 45-20

Coordenação Estadual do MARANHÃO

Universidade Federal do Maranhão
São Luís — MA
CEP — 65.000

Coordenação Estadual do ESPÍRITO SANTO

Av. Jerônimo Monteiro nº 656
Vitória — ES
CEP — 29.000
Fone: 3-2879

Coordenação Estadual de ALAGOAS

Rua Pedra Monteiro nº 108
Maceió — AL
CEP — 57.000
Fone: 3-4024

Coordenação Estadual do PARANÁ

Rua Tibagi nº 428 — 1º andar
Curitiba — PR
CEP — 80.000
Fone: 24-9571

Coordenação Estadual do RIO GRANDE DO NORTE
Av. Campos Sales nº 764
Natal – RN
CEP – 59.000
Fone: 14-59

Coordenação Estadual de SANTA CATARINA
Rua Bocaiúva nº 60
Florianópolis – SC
CEP – 88.000
Fone: 40-08

Coordenação Estadual de GOIÁS
Faculdade de Arquitetura da UFGO
Praça Universitária
Goiânia – GO
CEP – 74.000
Fone: 6-0967

Coordenação Estadual de MINAS GERAIS
Av. Amazonas, 1.660
Belo Horizonte – MG
CEP – 30.000
Fone: 35-0032

Coordenação Estadual do RIO DE JANEIRO
Rua Miguel Frias
Universidade Federal Fluminense
Icaraí – Niterói – RJ

Coordenação do MÉDIO SÃO FRANCISCO (MUDES)
Rua México, nº 119 – 12º andar
Rio de Janeiro – GB
CEP – 59.000
Fone: 2-247809

INTERVENÇÕES

(texto extraído do gravador, sem revisão do autor)

De TEOPHRASTO PRATO LISBOA

Antes, desejo congratular-me com V. S.^a, representante do Projeto Rondon, e solicito informação se qualquer pessoa que não seja estudante universitário, pode fazer parte do referido Projeto.

R) Nós aceitamos a colaboração de qualquer brasileiro que queira colaborar.

De VITAL FERNANDES SILVA:

Quais as medidas cabíveis que se aplicariam a esses "experts"? Embora não seja jurista espero, ao menos, ter uma idéia.

R) Bom, é a hora da verdade, vamos lá. Os senhores já pensaram, por exemplo, na facilidade que estão tendo, no Brasil, os pesquisadores que vêm para cá, pagos por riquíssimas Fundações, para irem aos arquivos? As portas se abrem, tudo lhes é dado, assessores, datilógrafos e até paleógrafos. Pois bem, eles vêm, muito bem pagos, pesquisam a nossa documentação, trazem excelentes equipamentos. Vão daqui para fora e escrevem coisas do Brasil torcendo inteiramente a realidade histórica, principalmente no que se refere aos anos da República. Tomar cuidado? Puxa vida! Todos nós estamos com um cuidado danado com essa gente. Agora: providências? Não cabe a nós, cabe a quem de direito. Providências! Depois se reclama. Aparece o livro, o livro vai para as livrarias, os interessados compram o livro. E, de repente, dá com uma assertiva distorcendo inteiramente o fato. Por quê? Ele pegou num documento e acha que para fazer a interpretação daquele fato, bastou aquele documento. Ora, pelo amor de Deus! Se nós formos fazer a história de cada um dos fatos da história de qualquer povo, na base de um documento sobre o fato, é o caos! E isto está acontecendo. Vocês então, que trabalham em arquivo constantemente, sabem que as Fundações mandam por aqui. São Fundações milionárias, mandam gente a granel. Tem vindo gente, está se escrevendo coisas sobre o Brasil por aí afora, que não acaba mais. É natural. O Brasil, de repente, deu um pulo prá frente e despertou a curiosidade, começou a chamar a atenção. O que é que há? Esta gente aí está mandando uma brasa firme, estão indo pra frente. Vamos fazer a história deles, e pronto! Então sai cada tolice, que não tem tamanho, inclusive, quando se escreveu fora do Brasil, agora, sobre a Independência, o Sesquicentenário. E quanta coisa se disse no Brasil sobre a Independência e o Sesquicentenário e que, muitas vezes, os historiadores pasmam: "Mas meu Deus, como é que publicam isto?" Aquele velho hábito brasileiro. Quando se fala em D. Pedro I, a primeira pessoa que aparece é D. Domitila de Castro. Todo mundo escreveu sobre isto, andaram fazendo uma historinha aí sobre a Marquesa de Santos. Quando se fala sobre D. João VI, a única coisa que o popular sabe é que ele comia franguinhos, mais nada. Gostava de comer franguinhos, mas ninguém falou sobre o altíssimo valor político deste homem e ninguém destacou, ninguém não, perdão, mas muita gente deixou de destacar aquilo que era importante na personalidade dele. Fizeram um filme, "Independência ou Morte"; metade do filme são os amores de D. Pedro I com Domitila de Castro, Marquesa de Santos.

De D. MATEUS:

Muito bem, professor, pela sua observação sobre a microfilmagem. Foi a palavra exata, para o momento exato. Agora, uma pergunta: não seria o momento de criar o curso de arquivologia de nível universitário, para que os alunos capacitados profissionalmente trabalhem, não como amadores, mas como técnicos?

R) Claro. O dia em que nós tivermos, realmente, cursos tecnicamente preparados de arquivistas, seria uma coisa formidável meu caro, meu queridíssimo D. Mateus, da minha velha casa de São Bento. Com que prazer eu respondo a sua pergunta.

De MARIA JOSÉ DE FREITAS:

Permito-me lembrar ao Exmo. Sr. Professor Colatino, que o convênio para recuperação do acervo da Santa Casa de Misericórdia foi feito através do Ministério da Educação, utilizando especialistas do Arquivo Histórico da Bahia.

R) Está aí a resposta. Não lhe disse que a professora D. Maria José estava a par? Professora, muito obrigado.

De OSMANY LOPES CHAVES:

O microfilme não destrói o documento, pelo contrário, o mantém vivo e dinâmico. A Comissão de Seleção e Preparo é que decidirá sobre as possibilidades de microfilmagem ou não, do documento.

R) Mas ninguém disse aqui que o microfilme, que a microfilmagem destrói o documento. O que eu disse aqui é que não basta o microfilme para se ter o documento do ponto de vista metodológico, do ponto de vista técnico, do ponto de vista da pesquisa técnica. Não é ele o suficiente. Através da leitura do microfilme eu não serei capaz de ter da totalidade do documento, porque me falta o papel, me falta a tinta, me falta aquilo com que foi escrito. São três elementos absolutamente necessários à pesquisa documental, principalmente à pesquisa dos documentos mais antigos. Como é que vou estabelecer a autenticidade do documento? Eu sei se ele é uma cópia? E se quando ele foi copiado não houve intervenção do copiador? Ou se ele foi forjado? Essas coisas são o mínimo que um pesquisador, em termos de pesquisa histórica, pode exigir de um documento. É aquilo que se faz em primeiro lugar. Qualquer aluno que entra para uma Universidade para fazer o curso de história, recebe estas lições no seu curso de Introdução ao Estudo de História. Inclusive os bibliotecários também, o pessoal de biblioteconomia, pelo menos na minha Universidade. São noções que imediatamente se recebe quando

se vai falar em crítica histórica, a primeira coisa que se toca é na crítica externa e essas noções todas, imediatamente o aluno tem que conhecer. De modo que o microfilme nos dá um documento. Nós vamos ler no aparelho, um documento. Eu posso dizer que aquele documento é autêntico, apenas vendo o microfilme? Não posso.

Este Congresso também está sendo prova da participação da juventude. Previsto para 700 participantes, inscreveram-se mais de 1.700 e com um detalhe: todos os profissionais do documento compareceram. Arquivistas, bibliotecários, técnicos de microfilmagem, médicos, etc. Por isso não desejo me alongar mais e quero, em primeiro lugar, me congratular com o Congresso, com a Associação Brasileira de Arquivistas pela seriedade que senti aqui dentro de todos os interessados no problema. Teria, apenas, mais um agradecimento à direção que me permitiu trazer essas notas para vocês. Elas estariam muito melhor colocadas, talvez, dentro daquele problema que se tratou, de arquivo histórico. Mas eu não poderia absolutamente deixar de agradecer, porque nós não conseguimos enviar em tempo, para que fosse inserido na programação oficial do Congresso o nosso material. O que se permite hoje ao Projeto Rondon, à Universidade de Brasília e à Comissão de História do Estado-Maior do Exército, é uma gentileza da direção do Congresso. Por isso mesmo eu agradeço muitíssimo e agradeço, mais ainda, a atenção que me deram. E, finalmente, gostaria que uma palavra não fosse esquecida: "Colaboração é necessária, quando o problema é nacional". Muito obrigado.

Palavras do Presidente da Mesa:

Agradecemos ao Professor Osvaldo o seu relato-depoimento sobre o trabalho realizado quanto à localização dos arquivos. Congratulamo-nos com a iniciativa, e formulamos votos de que o trabalho continue com o levantamento. É uma satisfação nossa ver que o documento, a parte da documentação, já é considerada área prioritária no Brasil.